

ÍNDICE

II PARTE

As Relações Colectivas de Trabalho

INTRODUÇÃO

	Pág.
§ 1. O Direito Colectivo de Trabalho: objecto e características gerais	7
§ 2. Breve esboço histórico: as realidades e o Direito	18
§ 3. Os fenómenos colectivos e a estrutura da relação individual de trabalho	28
§ 4. A autonomia colectiva	30
1. Conceito de autonomia colectiva	30
2. O «interesse colectivo»	33
3. Autonomia privada individual, heteronomia, autonomia colectiva	37
§ 5. Noção de «relação colectiva de trabalho»	38
§ 6. A perspectiva das «relações industriais»	43

TÍTULO I — AS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-PROFISSIONAIS

CAP. I — As ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

§ 1. A diversidade das concepções do sindicalismo	47
§ 2. A liberdade sindical	55
§ 3. O estatuto jurídico dos sindicatos	64
1. O conceito legal de sindicato	64
2. O sindicato como pessoa jurídica	68
3. Capacidade jurídica do sindicato	74
4. A acção sindical na empresa: os delegados sindicais	77

CAP. II — AS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS		Pág.
§ 4.	Generalidades. A «liberdade sindical» dos empregadores	83
§ 5.	A constituição de associações patronais	88
§ 6.	Princípios sobre a organização e actividade das associações patronais	90
CAP. III — AS COMISSÕES DE TRABALHADORES		
§ 7.	Generalidades	93
§ 8.	A concepção legal da comissão de trabalhadores	97
§ 9.	Os direitos à informação e ao controlo de gestão	98
TÍTULO II — A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA		
CAP. I — NOÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS		
§ 1.	Importância e significado da negociação colectiva	103
§ 2.	O «dever de negociar» e o princípio da boa-fé na negociação colectiva	108
CAP. II — AS BALIZAS DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA		
§ 3.	O nível de negociação	115
§ 4.	Os sujeitos	122
1.	O «reconhecimento» dos interlocutores negociais	122
2.	Pluralidade de sujeitos. Negociação conjunta e autonomização de processos negociais	126
§ 5.	Objecto e conteúdo da convenção. Limitações legais	131
§ 6.	Forma. Depósito e publicação	135
CAP. III — A NEGOCIAÇÃO		
§ 7.	A atitude da lei perante o «processo» negocial	141
§ 8.	As declarações preliminares: proposta e resposta	142
§ 9.	Os contactos negociais	150
CAP. IV — A EFICÁCIA DA CONVENÇÃO COLECTIVA		
§ 10.	Efeitos obrigacionais e normativos	155
1.	Efeitos obrigacionais	155
A)	As «cláusulas de garantia sindical»	156
B)	A obrigação de paz social	158
C)	Outras cláusulas obrigacionais	164

2.	Efeitos normativos	166
A)	Recepção automática e condicionamento externo	167
B)	A solução do ordenamento português	170
C)	O prejuízo de direitos adquiridos	174
§ 11.	O âmbito da convenção colectiva	177
1.	Âmbito pessoal. A extensão e a adesão. A concorrência de convenções	177
A)	O princípio da filiação	177
B)	A extensão e a adesão.	178
C)	A concorrência de convenções	181
2.	Âmbito territorial	183
3.	Âmbito temporal. A retroactividade	184
§ 12.	O movimento da regulamentação colectiva de trabalho em Portugal	198
§ 13.	Breve nota sobre a negociação colectiva no quadro internacional	202
TÍTULO III — OS CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO		
CAP. I — NOÇÃO E MODALIDADES DO CONFLITO COLECTIVO		
§ 1.	Observações preliminares	211
§ 2.	O conflito colectivo de trabalho: noção e modalidades	215
CAP. II — PROCESSOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS		
§ 3.	Resolução de conflitos colectivos jurídicos	227
§ 4.	Resolução de conflitos colectivos de interesses	234
1.	Noções gerais	234
2.	Os processos de resolução na lei portuguesa	240
A)	Observações preliminares	240
B)	Conciliação	242
C)	Mediação	245
D)	Arbitragem	248
CAP. III — OS MÉTODOS DE COACÇÃO DIRECTA		
§ 5.	Noções gerais	255
§ 6.	A greve	258
1.	Conceito da «greve clássica»	258
2.	Modalidades atípicas da greve	260
3.	O direito de greve: natureza e conteúdo	264
A)	A greve-liberdade	265
B)	A greve-direito	268

C)	A dupla dimensão do direito de greve	270
D)	O conteúdo do direito de greve	274
4.	A greve no direito português: esboço histórico	280
5.	Os motivos da greve	284
6.	O exercício do direito de greve	289
A)	A decisão de greve	289
B)	O aviso de greve	294
C)	Os piquetes de greve	298
D)	As obrigações dos trabalhadores durante a greve	301
7.	Os efeitos jurídicos da greve	308
8.	Algumas características do exercício da greve em Portugal	312
§ 7.	O «lock-out»	315

Composto e impresso
na Gráfica de Coimbra
Tiragem 2000 ex. — Dezembro
Depósito legal: r.º n.º 2005/83